



FORMAÇÃO DO PROFESSOR: UM OLHAR SOBRE A ESCOLA NORMAL CATARINENSE (1880-1935)

TEACHER TRAINING: A LOOK AT THE NORMAL SCHOOL OF CATARINENSE (1880-1935)

FORMACIÓN DOCENTE: UNA MIRADA A LA ESCUELA NORMAL CATARINENSE (1880-1935)

Silvete Coradi Guerini*  

David Antonio da Costa**  

José Francisco Custódio***  

RESUMO

Nesta pesquisa, abordou-se a formação de professores na escola normal de Santa Catarina no período de 1880 a 1935, com o objetivo de se compreender como as disciplinas científicas, em particular a Física, estavam inseridas no currículo dessa escola. A metodologia utilizada foi a pesquisa histórica, baseada nos estudos propostos por Le Goff (1990), e é de caráter bibliográfico e documental. As consultas foram realizadas em documentos oficiais, coleções de Leis e Decretos da Província de Santa Catarina e posteriormente do Estado de Santa Catarina, Regulamento da Instrução Pública e Programas de Ensino. Foi possível observar que os currículos e os programas de ensino da Escola Normal Catarinense valorizavam o conhecimento científico, a cultura literária, a formação geral e enciclopédica, com ênfase em conteúdos morais e cívicos laicos. O ensino de ciências, na escola normal, aos poucos foi ganhando espaço nas reformas educacionais que ocorreram entre 1880 a 1935, embora a disciplina de Física permanecesse atrelada à disciplina de Química e História Natural.

Palavras-chave: Escola normal. Física. Formação de Professores.

ABSTRACT

In this research, we address the training of teachers at the Santa Catarina Normal School from 1880 to 1935, with the aim of understanding how scientific disciplines, particularly Physics, were included in the curriculum of this school. The methodology used was historical research, based on the studies

*Doutora em Física (UFSM). Professora Titular do Departamento de Física e professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. Endereço para correspondência: Av. dos Portugueses, 1966, CCET, Bacanga, São Luís, Maranhão, Brasil, CEP: 65080-805. E-mail: silvete@gmail.com

**Doutor em Educação Matemática (PUC/SP). Professor do Departamento de Metodologia de Ensino e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Douglas Seabra Levier 163 ap. 208 Bloco B, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, CEP: 88040-410. E-mail: david.costa@ufsc.br

***Doutor em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professor do Departamento de Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Endereço para correspondência: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, CEP: 88040-900. E-mail: j.custodio@ufsc.br

proposed by Le Goff. The research is bibliographical and documentary in nature, with consultations being made in official documents, collections of Laws and Decrees of the Province of Santa Catarina and later of the State of Santa Catarina, Regulations of Public Education and Teaching Programs. It was possible to observe that the curricula and teaching programs of the Santa Catarina Normal School valued scientific knowledge, literary culture, general and encyclopedic education, with an emphasis on secular moral and civic content. The teaching of sciences in the normal school gradually gained space in the educational reforms that occurred between 1880 and 1935, although the subject of Physics remained linked to the subjects of Chemistry and Natural History.

Keywords: Normal school. Physics. Teacher Training.

RESUMEN

En esta investigación, abordamos la formación de profesores de la Escuela Normal de Santa Catarina en el período 1880 a 1935, con el objetivo de comprender cómo las disciplinas científicas, en particular la Física, estaban incluidos en el plan de estudios de esta escuela. La metodología utilizada fue la investigación histórica, basada en los estudios propuestos por Le Goff. La investigación es de carácter bibliográfico y documental, con consultas realizadas en documentos oficiales, colecciones de Leyes y Decretos de la Provincia de Santa Catarina y posteriormente del Estado de Santa Catarina, Reglamento de Instrucción Pública y Programas de Enseñanza. Se pudo observar que los planes de estudio y programas de enseñanza de la Escuela Normal de Santa Catarina valoran el conocimiento científico, la cultura literaria, la formación general y enciclopédica, con énfasis en el contenido moral y cívico secular. La enseñanza de las ciencias, en las escuelas normales, fue ganando terreno paulatinamente en las reformas educativas que se produjeron entre 1880 y 1935, aunque la disciplina de la Física permaneció ligada a las disciplinas de la Química y de la Historia natural.

Palabras clave: Escuela normal. Física. Formación de profesores.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora a história do ensino tenha uma tradição, o estudo dos conteúdos do ensino primário ou secundário em poucas ocasiões despertou o interesse de pesquisadores ou mesmo do público. A história, enquanto área de conhecimento e disciplina escolar, possui uma grande responsabilidade no desenvolvimento do espírito crítico e autônomo. A real materialização da tríade – educar, ensinar e formar –, no que concerne ao ensino de história, diz respeito à construção do educando na qualidade de sujeito histórico dentro da sala de aula. “O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e os pessoais, é o verdadeiro construtor da História” (Bezerra, 2010).

Na sala de aula, a história como disciplina se torna realidade, pois há reflexão acerca dos diversos discursos políticos, econômicos, sociais e culturais. Também na sala de aula os conceitos são historicizados, no momento que são entendidos nas suas especificidades e temporalidades históricas. Os discursos, os conceitos, as ações se tornam representações sociais das mais diversas e variadas matizes culturais, rompendo com a falácia de uma história

totalizante, mas sim, pluralizada e pulverizada no que tange à dinâmica do próprio fazer humano em sua coletividade (Oliveira, 2015).

Por outro lado, o aprender e o ensinar estão enraizados no indivíduo! Considerando os primórdios dos tempos, o ensinar faz parte das atividades dos seres humanos, quando, na era das cavernas, provavelmente o pai ensinava o filho a caçar, e este copiava-lhe os gestos e, desta forma, aprendia observando os movimentos do pai. Portanto, este foi o primeiro mestre, assim como fora sacerdote, guerreiro, juiz e legislador, ou seja, o pátrio poder possuía força, sabedoria e inspiração (Lourenço Filho, 2001).

Mas, a crescente complexidade social trouxe a inevitável mudança na forma de ensinar, ou seja, havia necessidade de especialistas. O pai deixa de ser o mestre e o sacerdote é quem passa a ensinar, pois conhecer as leis divinas era essencial para ocupar a posição de mestre. Assim, as primeiras escolas foram as religiosas, que até os dias atuais desempenham papel importante no ensinar (Lourenço Filho, 2001).

Quando se considera o ensino, não se pode deixar de examinar as disciplinas escolares conteúdos de ensino (Chervel, 1990). Do ponto de vista histórico, as disciplinas escolares são uma área de estudo que despertou o interesse de pesquisadores em diferentes países, tal como o francês André Chervel (1990), muito utilizado como referência, no Brasil, por estudiosos que abordam essa temática. A história das disciplinas escolares procura responder o motivo da escola ensinar o que ensina ao invés de saber o que a escola deveria ensinar.

As construções históricas das disciplinas escolares se relacionam com o contexto e com a produção científica e em seus fundamentos constitutivos respondem, ou correspondem às concepções e aos protótipos da produção científica em determinada faixa temporal. Portanto, as disciplinas escolares podem ser vistas como um produto cultural, com a função de transmitir conteúdos e saberes escolares, bem como constitui o aparato didático pedagógico que orienta o ensino e ressalta a cultura escolar (Pinto, 2014).

O termo disciplina, no sentido de conteúdos de ensino, aparece no início do século XX, sendo que, somente após a primeira Guerra Mundial, é classificada como matéria de ensino, fornecendo o caráter de conteúdo próprio do ambiente escolar (Chervel, 1990). Segundo Chervel,

No seu uso escolar, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, até o fim do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. No sentido que nos interessa aqui, de “conteúdos do ensino”, o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, e mesmo do *Dictionnaire de l'Academie* de 1932 (1990, p. 178).

Souza Junior e Galvão, a respeito de termo disciplina, dizem:

O entendimento do termo disciplina está vinculado à ideia de hierarquização e estratificação. Porém, ao contrário do que se estabelece nas escolas atuais, a idade nem sempre foi critério de repartições por níveis. Nossa atual estrutura de classes (baseada em faixas etárias) é resultante da forma mais pedagógica da organização das escolas do século XVIII, influenciada pela estrutura das escolas cristãs e pelo ensino mútuo, pois até então a maioria delas se organizava em classe única, em que a consideração da idade não desempenhava nenhum papel direto nas repartições escolares. Chegava a existir uma variação de até doze anos numa mesma repartição (Souza Junior; Galvão, 2005, p. 395).

Muitas vezes as disciplinas escolares estão relacionadas com objetivos esperados pela sociedade, referentes a quem está em formação. Desta forma, as disciplinas escolares e o conteúdo são modificados conforme a época considerada e em que tipo de sociedade estão sendo desenvolvidos. De acordo com Chervel (1990, p. 188), a função das disciplinas escolares “consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”.

Por outro lado, o ser humano, desde os tempos mais remotos, teve necessidade de preparar a criança para que se adaptasse ao convívio social, como nas antigas cerimônias de iniciação, na instituição dos efebos em Atenas, os pajens na Idade Média, os aprendizes no regime das corporações. Entretanto, a educação primária, como é conhecida atualmente, somente surgiu nos três últimos séculos e, assim também, a formação do professor (Lourenço Filho, 2001, p. 31).

A preocupação com um profissional com capacidade de ensinar remonta, segundo Saviani (2009), ao século XVIII, sendo que o primeiro local de ensino com o objetivo de formação docente foi o Seminário dos Mestres, criado por São João Batista de La Salle, em 1684, em Reims, na França. A primeira instituição, com o propósito de formar professores, foi organizada pelo padre Démi, em Lyon-França, em 1672 (Lourenço Filho, 2001) e, a organização, denominada escola normal, foi proposta pelo abade João Batista de La Salle, que a estabeleceu em Reims, em 1685.

Anteriormente, La Salle tinha a concepção de que para ensinar era suficiente saber o que se iria ensinar. O ensino era individual e de memorização, bastava que o mestre (professor) soubesse ler para questionar o discípulo (aluno). Mas, ele percebeu que, embora esse tipo de ensino fornecesse resultados, o mesmo deveria ser coletivo a um grupo de crianças e explicado como uma conversa normal, a fim de obter maior interesse por parte destas. E chamou-o de ensino normal. Desta forma, surge a ideia de classificar os alunos,

considerando o seu adiantamento e a sua capacidade de aprender. Portanto, para La Salle já não era suficiente que a criança soubesse ler a lição, mas que houvesse domínio e compreensão ao texto que o professor apresentasse.

Assim, surgem as escolas normais, ou seja, o ensino coletivo. Após a primeira escola normal de La Salle, foi inaugurada uma outra em Paris. Na verdade, nessas escolas não havia uma teoria didática organizada para aplicação. O professor devia aprender a ensinar vendo como outros professores mais experientes ensinavam grupos de crianças.

Neste trabalho será realizado um estudo a fim de resgatar alguns aspectos relevantes de como se deu a formação de professores no período de 1880-1935, na escola normal de Santa Catarina. Em particular, visando entender a evolução das disciplinas científicas, principalmente a de Física, no processo de formação desses professores que atuariam no ensino primário. A escolha pela Escola Normal Catarinense se deve a um projeto de pós-doutorado elaborado pela primeira autora deste trabalho e que, após avaliado, passou a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto intitulado *Ensino de ciências físicas e a formação de professores primários na Escola Normal Catarinense (1880-1935)* foi inserido a um projeto de contexto maior no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia).

Na elaboração desta pesquisa, inicialmente se realizou uma vasta busca no repositório acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina, precisamente no Repositório do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática - Santa Catarina (GHEMAT-SC), onde há uma ampla coleção de documentos. Como procedimento de busca, utilizaram-se as palavras-chaves: escola normal, escola normal de Santa Catarina, disciplina de física e disciplina de ciências. Posteriormente, partiu-se para a busca por artigos científicos, dissertações e teses que abordassem o tema de interesse sendo que as pesquisas encontradas mostram que há pouco material, o que motivou a produzir este artigo. Após uma leitura superficial do material encontrado, foram selecionados os que traziam informações sobre o marco temporal de 1880-1935, e, assim, a leitura foi aprofundada.

A pesquisa aqui apresentada é de cunho qualitativo e, para a qual se empregou a metodologia do tipo histórica-documental, fundamentada nos estudos propostos por Le Goff (1990). Segundo esse autor “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1990, p. 545). A postura teórica adotada foi centralizada na

Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), considerando as etapas: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Do ponto de vista de Bardin (2011, p. 50), a Análise de Conteúdo “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

Por outro lado, é bem conhecido que o ensino de ciências, em especial o da física, nem sempre foi prioridade nas escolas. Entretanto, no último século a Física conquistou espaço devido, principalmente, aos avanços e importantes descobertas tecnológicas, alterando a maneira de pensar da humanidade. O ensino de ciência nas escolas teve início no final do século XIX. Embora houvesse diferentes opiniões, existia os que defendiam a ciência que ajudasse a resolver os problemas diários, enquanto outros defendiam o recrutamento de futuros cientistas (Rosa, 2005).

Esse texto segue a seguinte ordem: descrição da origem das escolas normais a fim de situar o leitor sobre a temática; seguido das informações de como se deu a instalação da Escola Normal de Santa Catarina, considerando os documentos oficiais, instruções pública e decretos de programa de ensino da escola normal. Abordou-se, no decorrer do texto, a origem das escolas normais a fim de situar o leitor sobre a temática; e, em sequência, descreve-se como se deu a instalação da escola normal de Santa Catarina, considerando os documentos oficiais; Regulamento da Instrução Pública, bem como as Leis e Decretos de programa de ensino da escola normal.

2 A ESCOLA NORMAL

As escolas normais tiveram origem na Europa, no final do século XVIII, devido à necessidade de aprimorar o conhecimento das classes menos favorecidas, por causa do surgimento da revolução industrial. Com esta, nascia também uma nova sociedade e uma nova economia, fazendo oposição ao absolutismo da monarquia, aos aristocratas feudais e à igreja. Dessa forma, as verdades religiosas foram sendo abandonadas e se começou a acreditar no poder da ciência (Oliveira, 2015).

A formação de professores, no Brasil, não foi prioridade durante o período colonial, mesmo com a criação dos cursos superiores, em 1808, por D. João VI. Somente no período imperial surgiu essa preocupação que teve início com a aprovação da Lei das Escolas Primeiras Letras, segundo Lopes *et al.* (2017).

No Brasil, a criação das escolas de primeiras letras nos lugares mais populosos do Império, que ocorreu com a aprovação da Lei do Império em 15 de outubro de 1827, expandiu a abrangência da educação e a demanda por professores. Além disso, ao determinar em seu artigo 5º que os professores sem a necessária instrução, iriam instruir-se em curto prazo, nas escolas das capitais e, à custa dos seus ordenados, esta lei, dentre outros aspectos, responsabilizou os professores pela própria formação, isentando o Estado dessa responsabilidade (p. 112).

Nas escolas de primeiras letras, os conteúdos ensinados eram a escrita, leitura, operações básicas de aritmética, gramática nacional e os princípios da moral cristã. Entretanto, houve dificuldades na consolidação dessas escolas devido ao parco investimento de recursos por parte do governo central, métodos pedagógicos ultrapassados, professores sem formação adequada e com baixa remuneração. Com o ato adicional lançado em 1834, passou-se a responsabilidade das instruções primária e secundária aos governos das províncias, que por sua vez criaram leis, as quais em nada contribuíram para o fortalecimento dessas escolas (Silva, 2020).

Nas províncias, a escola normal começa a fazer parte de discussões políticas como tentativa de homogeneizar e consolidar a formação de professores. A escola normal esteve fortemente marcada pelos valores sociais de sua época, sobretudo no que se refere à valorização de conhecimentos científicos. Destinada juridicamente à formação docente, essa escola se revezava entre a profissionalização dos docentes para o ensino público primário e a ornamentação de dotes culturais para as moças das elites. Sobre as escolas normais brasileiras, Saviani (2009) diz:

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, contrariamente a essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico (p. 144).

A primeira escola normal brasileira foi criada na província do Rio de Janeiro, em Niterói, em 1835, e nessa, o ensino de ciências naturais era inexistente, bem como nas escolas normais fundadas posteriormente nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. A introdução do ensino de ciências naturais aconteceu devido a uma série de iniciativas regulamentadas nas diferentes regiões do Brasil (Mendes Sobrinho, 1998). Na província catarinense ocorreram diversas tentativas de estruturação de uma escola normal, mas tudo o

que se tinha eram aulas avulsas que acabavam sobrevivendo entre medidas de criação e fechamento.

O ensino de ciências foi consolidado nas escolas normais, ao final do período imperial e início do período republicano, pela difusão do materialismo, do darwinismo e do positivismo. A implementação do ensino de ciências naturais nos currículos das escolas normais ocorre devido às transformações ideológicas, culturais e políticas que estavam acontecendo no Brasil.

O ensino de ciências naturais no curso de formação de professores oferecido pelas escolas normais é marcado pela propagação destas instituições e ampliação dos estudos científicos em seu currículo. Por outro lado, o final da Primeira República e o da Primeira Guerra Mundial trouxe os anseios de uma sociedade em crescente processo de urbanização. Assim, houve a necessidade de estruturação do sistema nacional de educação e de um redirecionamento na formação de professores (Mendes Sobrinho, 1998, p. 20).

3 ESCOLA NORMAL DE SANTA CATARINA

Na província de Santa Catarina, como em todo o país, foi sob as luzes da República que a escola normal ganhou força, sobretudo, força legal. A primeira escola normal foi criada através da Lei n. 898, de 1880, que reorganizou o ensino público do estado, contudo, o seu funcionamento não foi regular (Scheibe; Valle, 2007). Este ocorreu através do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina pelo Decreto n. 155, de 10 de junho de 1892, que deliberou a Escola Normal Catarinense como um estabelecimento de ensino profissional do estado, possibilitando ao candidato a carreira do magistério primário, com uma educação intelectual, moral e prática, necessária para o bom desempenho profissional, sendo esse ensino gratuito e destinado a ambos os sexos. A Escola Normal Catarinense foi a que efetivamente inaugurou e instituiu a formação de professores no estado para atuarem no ensino primário (Santa Catarina, 1892).

O Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, de 1892, também regulariza o ensino primário de Santa Catarina, o qual estabelece que as escolas de ensino primário tenham por fim fornecer à criança os primeiros elementos da cultura física, intelectual e moral, necessários para o convívio social (Santa Catarina, 1892).

Pelo regulamento no ensino público primário as matérias eram: língua nacional, leitura, redação, locução e filologia, caligrafia e desenho, elementos de aritmética e de geometria,

rudimentos de física, química e de história natural, geografia e história do Brasil, organização política do Brasil com particularidade do estado, deveres cívicos e morais, música e canto. O mesmo regulamento estabelece que, para a matrícula no ensino primário, era necessário ter mais de cinco anos e menos de quinze anos de idade e não sofrer de moléstias contagiosas ou de caráter repulsivo (Santa Catarina, 1892).

Na Escola Normal Catarinense o currículo e os programas de ensino valorizavam o conhecimento científico, a cultura literária, a formação geral e enciclopédica, com ênfase em conteúdos morais e cívicos laicos (Scheibe; Valle, 2007). Pelo Regulamento da Escola Normal Catarinense (1892), as disciplinas a serem ensinadas eram distribuídas em três anos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Disciplinas a serem ministradas pela Escola Normal Catarinense, segundo o Decreto n. 155, de 1892.

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	Português
Francês	Noções de álgebra e geometria	Pedagogia e metodologia
Aritmética	História universal	Organização política do Brasil Deveres cívicos e morais
Geografia geral	Noções de ciências física e naturais	Corografia e história do Brasil
Desenho de imitação	Música	Aritmética prática
		Música e canto

Fonte: Adaptado do regulamento da Escola Normal Catarinense (In: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122160>).

Pelo Quadro 1 se observa que no currículo da Escola Normal Catarinense as Noções de Ciências Física e Naturais eram ministradas no 2º ano, sendo que línguas e humanidades foram maioria no currículo.

Segundo a investigação de Mendes Sobrinho (1998, p. 28), a disciplina Noções de Ciências Física e Naturais deveria seguir o programa de ensino com: 1) Definições preliminares: o objeto das ciências físicas e naturais. 2) Classificação dos corpos. 3) Física: corpos simples e compostos, propriedades gerais, gravidade, peso, máquinas elementares, ar atmosférico, calor, luz e magnetismo, eletricidade. 4) Química: corpos simples, metaloides, metais, corpos compostos, afinidades, combustão, cristalização, análise e síntese. 5) Geologia: constituição do globo terrestre, calor central, natureza e origem das rochas, fósseis, divisão dos terrenos sedimentares e vulcões. 6) Mineralogia: divisão, caracteres dos minerais, principais minerais empregados na indústria, argilas, calcários, combustíveis minerais, pedras preciosas. 7) Botânica: divisões desta ciência, organografia

vegetal, fisiologia vegetal, classificação botânica. 8) Divisões destas Ciências: anatomia e fisiologia, classificação zoológica. 9) Antropologia: seu objeto, raças humanas.

De acordo com Mendes Sobrinho (1998),

Para o caso específico de Santa Catarina, a legislação indicava que o professor da área de Ciências Naturais deveria utilizar apostilas por ele preparadas. Entretanto, no geral, as escolas normais brasileiras utilizavam textos escritos pelos mais renomados cientistas da época. Eram compêndios em Francês, a partir dos quais alguns professores preparavam suas apostilas (p. 18).

Ainda pelo Regulamento da Escola Normal Catarinense (1892), haveria oito professores, sendo 1 de Português; 1 de Francês; 1 de Geografia e História; 1 de Matemática elementar; 1 de Noções de Ciências Física e Naturais, Organização política do Brasil, Deveres cívicos e morais; 1 de Pedagogia e metodologia, 1 de Música e canto e 1 de Desenho. Os professores que atuavam na escola normal não possuíam uma formação específica, mas eles se destacavam no meio acadêmico, possuíam conhecimentos profundos dos conteúdos e desempenhavam suas funções docentes rigorosamente. Esses profissionais eram oficiais, médicos, farmacêuticos e engenheiros, e muito bem preparados e atualizados. Para frequentar a escola normal era necessário ser brasileiro com idade de 18 anos, ter boa educação e saber ler e escrever (Mendes Sobrinho, 2014).

Na Resolução n. 1.454, de 04 de outubro 1894, consta a reorganização da instrução primária e normal do estado de Santa Catarina. Ao que se refere à escola normal, as disciplinas eram distribuídas em três anos, novamente predominando no currículo as de humanidades e línguas, conforme listado no Quadro 2, sendo que a Física, juntamente com a Química, era ministrada no segundo ano.

Quadro 2 - Disciplinas ministradas pela Escola Normal Catarinense, segundo a Resolução n. 1.454, de 1894.

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	Português
Francês	Francês	História Natural
Aritmética	Aritmética	Pedagogia e metodologia
Geografia	Noções de álgebra	Fisiologia e Higiene
Desenho	Física e Química	Francês
Música	História	Noções de geometria
	Música	Corografia de Santa Catarina

Fonte: Adaptado da Resolução n. 1.454 de 04 de outubro de 1894 (In: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176816>).

No início do século XX, considerando o contexto político, econômico e social

brasileiro, e os alicerces positivistas, a ciência passa a ter enorme importância, por ser útil para alavancar o progresso e a civilização de um país (Oliveira, 2015). Vista como infalível, a ciência contribuiu para que as disciplinas científicas fossem incorporadas nos currículos da escola normal, pois, para os educadores, a ciência e a educação científica proporcionam a países subdesenvolvidos a conquista do crescimento econômico e cultural ao nível de nações desenvolvidas.

O regulamento geral da instrução pública do estado de Santa Catarina, através do Decreto n. 348, de 07 de dezembro de 1907, da mesma forma que o Decreto n. 155, de 10 de junho de 1892, estabelece a Escola Normal Catarinense como um estabelecimento de ensino profissional com finalidade de formar professores e professoras para o ensino primário. Segundo esse decreto os diplomados com o curso completo da Escola Normal Catarinense tinham o direito de concorrer a qualquer cargo de nomeação do governo, independente de concurso (Santa Catarina, 1907, p. 36).

Ainda, no mesmo decreto de 1907, a disciplina Noções essenciais de Física, Química e História Natural foram incluídas no currículo da escola normal, sendo ministrada no terceiro ano como mostrado no Quadro 3. Observa-se que a disciplina de Física não era independente.

Quadro 3 - Disciplinas ministradas na Escola Normal Catarinense, segundo Decreto n. 348 de 1907 (Santa Catarina, 1907, p. 35).

ANO	Disciplinas
1º	Português; Francês; Aritmética; Geografia geral; Desenho; Latim.
2º	Português; Francês; Noções essenciais de álgebra; História geral; Música; Desenho e trabalhos manuais; Latim.
3º	Português; Noções essenciais de física, Química e história natural; Noções essenciais de geometria; Corografia e história Brasil com especialidade do Estado de Santa Catarina; Caligrafia e trabalhos manuais; Pedagogia teórica e prática; Instrução moral e cívica; Música, solfejo e canto; Trabalhos de agulha.

Fonte: Adaptado do Decreto n. 348 de 7/12/1907
(In:<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122161>).

Através do Decreto n. 585, de 19 de abril de 1911 (Santa Catarina, 1911, p. 32), a instrução pública do estado de Santa Catarina foi reorganizada. Com esse decreto, o ensino catarinense foi reestruturado, inclusive o da escola normal, segundo as instruções públicas do estado de São Paulo. As reformas educacionais paulistas se destacavam por serem inspiradas em um sistema laico, positivista e no movimento renovador – com o objetivo de propagar as ideias pedagógicas americanas (Mendes Sobrinho, 1998, p. 39).

Nessa reforma, os currículos da Escola Normal Catarinense foram organizados em

dois eixos principais, o das disciplinas instrutivas e o das disciplinas educativas e, em um terceiro eixo, o das disciplinas pedagógicas. No eixo das disciplinas instrutivas, as ciências estavam incluídas com o objetivo de consolidar a forma de ver, agir e compreender o mundo, além de disseminar o conhecimento científico (Oliveira, *et al.*, 2012).

A respeito dessa reforma, Teive (2012), diz:

Seguindo os princípios da pedagogia moderna, o novo curso normal deveria assegurar aos professores/as, além da ressignificação dos conteúdos tradicionais da escola primária: aritmética, língua portuguesa, história e geografia, o domínio de novos saberes, como a música, a ginástica e a educação moral e cívica – substituta da educação religiosa – e, principalmente, das disciplinas de cunho científico, incorporadas em abundância ao currículo dos grupos escolares, admitida a convicção *spenceriana* de que a ciência era o conhecimento mais válido e legítimo para a formação do cidadão republicano. “O como” ensinar esses conteúdos, o/a normalista deveria aprender na prática, *in situ et de visu*, ou seja, no local e a vista, pela observação do trabalho desenvolvido por professores experientes nos grupos escolares, que em Santa Catarina tiveram a função das escolas-modelo paulistas, anexas à escola normal (p. 387).

Com a reforma, as ciências, tais como Física, Química, História Natural, Higiene, Aritmética, Geometria, Botânica, Zoologia, Fisiologia e Álgebra tiveram destaque nas chamadas disciplinas instrutivas que incluía também a língua materna e estrangeira. Assim, os conteúdos dessas disciplinas seguiram os critérios de utilidade, praticidade e concreticidade, em sintonia com as exigências científicas e técnica impostas pela revolução industrial (Oliveira *et al.*, 2012).

Ainda, no Decreto n. 586, de 22 de abril de 1911, em que estabelecia o programa e o horário da Escola Normal Catarinense nas chamadas disciplinas instrutivas, as ciências contemplavam: Aritmética nos três anos; Álgebra no segundo e no terceiro ano; História Natural no segundo ano; Física e Química no terceiro ano; e, Geometria no terceiro ano (Oliveira *et al.*, 2012).

No programa de Física, da Escola Normal Catarinense de 1911, consta que os conteúdos abordados eram: 1) Propriedades gerais da matéria e movimento da matéria; divisão da física. 2) Gravidade, equilíbrio e pressão atmosférica. 3) Movimento dos sólidos, líquidos e gases. 4) Termômetros e alterações termológicas. 5) Óptica geral. 6) Estudo elementar do som e suas qualidades. 7) Estática elétrica, pilhas e acumuladores. 8) Dinâmica elétrica, magnetismo, telegrafia, telefonia; meteorologia. 9) Ideias gerais sobre o emprego da energia elétrica, produzindo luz; forças e outras aplicações práticas. Sendo o livro texto adotado *Physica*, de Nerval Gouvêa (Santa Catarina, 1911, p. 14).

A reforma também alterou a forma de ingressar na escola normal. Antes, para ingressar na escola normal era suficiente ter concluído a escola primária. Após a reforma, era necessário o candidato passar por exame de admissão. Pois, segundo os idealizadores da reforma, somente os melhores deveriam ingressar na escola normal, conseqüentemente o sistema de avaliação também foi alterado, uma vez que, se somente os melhores entravam, então, somente estes deveriam sair formados pela mesma (Teive, 2012).

Pelo Decreto n. 1.205, de 19 de fevereiro de 1919, a fim de elevar o nível de ensino, o curso da Escola Normal Catarinense passou a ser de quatro anos. De acordo com o Art. 1º do decreto, a escola normal teria por objetivo ministrar a instrução teórica e prática, necessária aos interessados em seguir a carreira do magistério público. As disciplinas ministradas nos quatro anos estavam distribuídas em nove cadeiras: 1º Português e princípios de literatura da língua. 2º Francês e Alemão. 3º Aritmética, Álgebra e Geometria. 4º Física, Química, História Natural e Higiene. 5º Geografia e História. 6º Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica. 7º Desenho e Ginástica. 8º Música e Canto. 9º Trabalhos Manuais (Santa Catarina, 1919, p. 3). As matérias seguiam a distribuição conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Disciplinas ministradas na Escola Normal Catarinense, segundo Decreto n. 1.205 de 1919 (Santa Catarina, 1919, p. 3).

ANO	Disciplinas
1º	Português; Francês; Aritmética; Geografia; Desenho; Trabalhos; Música e Ginástica
2º	Português; Francês; Alemão, Aritmética, Geografia; Desenho; Trabalhos, Música e Ginástica
3º	Português; Francês; Alemão; Álgebra; Física e Química; História Universal; Desenho, Trabalhos e Música
4º	Português; Princípios de Literatura da Língua; Francês; Alemão; Geometria; História Natural; Higiene; História do Brasil; Psicologia; Pedagogia e Instrução Cívica; Desenho; Música; Trabalhos

Fonte: Adaptado do Decreto n. 1.205 de 19/02/1919 (In: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101111>).

O Quadro 4 mostra que a disciplina Física e Química era ministrada no terceiro ano e, pelo Decreto n. 1.205, com seis aulas semanais (Santa Catarina, 1919, p. 3). Novamente se observa que a disciplina de Física não era independente, pois ainda se encontra vinculada à Química. Por outro lado, constata-se, no decreto, a existência de gabinetes destinados a experimentos, pois, no regulamento estava inserido 1 conservador e preparador dos gabinetes de Física, Química e História Natural, entre o pessoal administrativo e docente da escola normal. O conservador, entre outras competências, tinha a função de executar as experiências,

auxiliado pelo lente¹, preparar os equipamentos que seriam utilizados nos experimentos, bem como, manter a organização do gabinete.

O Decreto n. 2.218, de 24 de outubro de 1928, do estado de Santa Catarina, estabelece o programa de ensino da escola normal. Pelo decreto, as disciplinas de Física e Química formavam a quarta cadeira, sendo que a Física era ministrada no terceiro ano com duas aulas por semana, enquanto a Química ministrada no quarto ano com três aulas semanais. Assim, pelo programa da escola normal, as disciplinas de Física e Química eram independentes, tendo os seguintes conteúdos ministrados na disciplina de Física: 1) Definições; constituição dos corpos matéria e suas dimensões; estado da matéria; meios físicos. 2) Definição de física; fenômenos físicos e seus elementos. 3) Propriedades dos corpos. 4) Estudo e divisão da barologia (campo da física que investiga o peso); Força e gravidade, sua lei e modalidade. 5) Alavancas e balanças. 6) Propriedades dos líquidos; equilíbrio. 7) Som: suas propriedades e velocidade; reflexão do som. 8) Estudo da termologia; descrição dos termômetros. 9) Mudanças dos estados físicos dos corpos sob ação do calor; máquina a vapor. 10) Luz, sombra e penumbra; reflexão da luz; espelhos. 11) Estudo das lentes; decomposição da luz. 12) Eletrologia, ideias sumárias. 13) Magnetológica; imãs, agulhas magnéticas; magnetização e suas espécies; magnetismo terrestre; bússola (Santa Catarina, 1928, p. 16).

A Física e a Química eram consideradas muito importantes uma vez que estavam associadas à inserção do Brasil ao processo de industrialização e alcançaram grande prestígio por causa da aplicação no trabalho industrial e, desta forma, foram incluídas nos currículos da Escola Normal Catarinense (Oliveira *et al.*, 2012 p. 10). Assim, pela tendência da Física ser considerada essencial para a formação do indivíduo moderno, havia uma tentativa de correlacionar o que era ensinado com a vida cotidiana, e isto também estava implícito nos programas da escola normal.

Por fim, através do Decreto-Lei Estadual n. 713, de 05 de janeiro de 1935, influenciado pelas tendências que ocorriam em outros estados brasileiros, o estado de Santa Catarina, com o objetivo de proporcionar aos professores instrumentos mais científicos e racionais para exercer a prática docente, transformou as escolas normais em institutos de educação. Para Sganderla e Carvalho (2010, p. 111):

1 Lente é uma antiga denominação para o professor de maior grau na docência de uma disciplina. Este termo foi usado em diversas instituições de ensino universitário português. Nos documentos normativos, no Brasil, o uso deste termo se assemelha ao professor catedrático.

Tal influência denota que Santa Catarina estava sintonizada com os principais centros urbanos do Brasil dentro de uma política mais ampla de constituição da nossa identidade nacional. Essas mudanças vinham aliadas ao saber científico, que embasou todo um conjunto de ações geradoras de mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, especialmente nos cursos de formação de professores.

Segundo Saviani (2009), os institutos de educação foram criados:

de maneira a incorporar as exigências da pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico. Caminhava-se, pois, decisivamente rumo à consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente que permitiria corrigir as insuficiências e distorções das velhas Escolas Normais (p. 146).

Portanto, com os institutos de educação a formação de professores passou a ter um caráter mais científico, com origem na psicologia, sociologia e biologia, fornecendo uma base científica para a pedagogia, formando um profissional mais capacitado para trabalhar com crianças (Sganderla, Carvalho, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola normal criada por iniciativa das províncias, ainda no período do império, configurou-se como elemento essencial para a formação de professores no Brasil. Ao se analisar o currículo e os programas de ensino dessas escolas, em particular da Escola Normal de Santa Catarina, percebe-se a valorização da cultura literária, conhecimento científico, formação geral e enciclopédica, dando ênfase aos conteúdos morais e cívicos laicos. Através desta investigação, foi possível compreender que as manifestações ideológicas, políticas e cultural refletiram na formação do professor da escola normal catarinense e suas alterações, que ocorreram durante o período considerado, foram influenciadas pela instrução pública do estado paulista. Na verdade, as reformas educacionais que ocorreram em São Paulo serviram de modelo a outros estados e para Santa Catarina (Scheibe, Valle, 2007).

Por outro lado, a literatura mostra que, em alguns currículos das escolas normais existentes nas províncias, aparecem citadas as disciplinas de Física, Química, Biologia e História Natural. Entretanto, essas disciplinas eram ministradas por professores que não possuíam formação didática pedagógica específica, embora esses profissionais fossem bem

preparados, pois eram médicos, farmacêuticos e engenheiros influentes na sociedade e na política de suas cidades.

O ensino de ciências, na Escola Normal Catarinense, estava relacionado à crença de que os conteúdos de caráter científicos mudariam a forma de pensar e de ver o mundo, bem como ajudaria o homem a resolver problemas do cotidiano e do trabalho. Portanto, o acesso aos saberes científicos, através da inclusão das ciências no currículo da escola normal, tinha o objetivo de consolidar a forma de agir, ver e entender o mundo (Oliveira, 2015).

Atualmente, existe uma unanimidade entre os pesquisadores da área de que há insuficiência de estudos sobre os reais problemas educacionais no país e, principalmente, que permanece uma grande distância entre os cursos superiores de formação de professores e a realidade das escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Holien Gonçalves. **Estudo de história:** conteúdos e conceitos básicos. p. 37-48. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2. p. 177-229, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LOPES, Ranib Aparecida dos Santos; QUEIRÓS, Wellington Pereira de; TIRADENTES, Cibele Pimenta; SANTOS, Solange Xavier dos. A história da formação de professores de ciências naturais dos últimos anos de educação primária em Goiás. *Fundamental em Goiás*. v. **Revista de la Facultad de Ciencia y Tecnología**, v.41, p. 109-127, jan.-jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-38142017000100109. Acesso em 11 fev. 2024.
- OLIVEIRA, Thiago Luiz dos Santos. Os fundamentos da história enquanto ciência e disciplina escolar: paradigmas e orientações delineadoras. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13 n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/11001>. Acesso em 11 jan. 2024.
- OLIVEIRA, Julia Vieira Tocchetto de; SILVESTRE, Melissa Figueiredo TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Da escola formadora de mestres aos grupos escolares: o papel das ciências na formação do sujeito moderno: uma análise comparativa dos currículos dos grupos escolares e da Escola Normal Catarinense (1911-1928). **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, Santa Catarina. ISSN 2236-7977, 2012.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores:** da escola normal à Escola de Educação. Coleção Lourenço Filho 4, Brasília-DF Inep/MEC, 2001.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **Ensino de ciências e formação de professores:** na escola normal e no curso de magistério. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1998.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. O ensino de ciências naturais no currículo da escola normal. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, art. 11, p. 268-286, jul.-set. de 2014. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/604>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan.-abr de 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2293>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ROSA, Maria Inês Petrucci. **Formar:** encontros e trajetórias com professores de ciências. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

SANTA CATARINA. Decreto n. 155, de 10 de junho de 1892. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catharina**. Desterro, Gabinete Sul Americano, 1892. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122160>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SANTA CATARINA. Resolução n. 1454 de 04 de outubro de 1894. **Regulamento da Escola Normal do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis, Typ. Da República – Rua João Pinto, n. 24, 1894. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176816>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTA CATARINA. **Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis, Typ. Gutenberg, 1908. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122161>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTA CATARINA. Decreto n. 585, de 19 abril de 1911. **Reorganizando a Instrução Publica**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122164>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SANTA CATARINA. Decreto n. 1205, de 19 de Fevereiro de 1919. **Regulamento da Escola Normal**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101111>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTA CATARINA. **Programma e Horario da Escola Normal do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis, GAB. WYP. 1911. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99195>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 1205, de 19 de fevereiro de 1919**. Regulamento da Escola Normal. Oficinas da Imprensa, Florianopolis, 1919. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101111>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTA CATARINA. **Programa de Ensino da Escola Normal**. Decreto n. 2.218, de 24 de fevereiro de 1928. Typ. Livraria Moderna, Florianópolis, 1928. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99202>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SAVIANI, Demeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40, jan.-abr. de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SCHEIBE, Leda; VALLE, Ione Ribeiro. A formação dos professores no Brasil e em Santa Catarina: do normalista ao diplomado na educação superior. p. 257-272. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9vdKM9BKbTqvwWsr9WNBnNj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. A psicologia e a constituição do campo educacional brasileiro. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, p. 107-115, jan.-mar. de 2010. <https://www.scielo.br/j/pe/a/9vdKM9BKbTqvwWsr9WNBnNj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, Gilson Lopes da. Implantação das escolas de primeiras letras na cidade do Assú no período imperial. **Anais VII CONEDU** - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/68708>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SOUZA JUNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 39-408, dez. de 2005. <https://www.scielo.br/j/ep/a/Gd49ZSgJ4KF8fMRYRkBTvjN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **In situ et de visu**: a formação de professores/as em Santa Catarina na vigência da reforma Orestes Guimarães (1911-1930). Roteiro, Joaçaba, v. 37, n. 2, p. 383-400, 02 jul.-dez. de 2012. <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/1789>. Acesso em: 10 mar. 2024.

APÊNDICE 1

AGRADECIMENTOS

A primeira autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Pós-Doutorado no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Universidade Federal do Maranhão (PROCAD/Amazônia), processo n. 88887-602165/2021-00, e pelo apoio financeiro – código financeiro 001.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Resumo/Abstract/Resumen: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Introdução: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Referencial teórico: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Apresentação dos resultados: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Conclusão e considerações finais: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Referências: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Revisão do manuscrito: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

Aprovação da versão final publicada: Silvete Coradi Guerini, David Antonio da Costa e José Francisco Custódio.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os autores declaram que disponibilizarão os dados referentes a esta pesquisa a quem solicitar, por meio das informações de contato supracitadas.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

COMO CITAR - ABNT

GUERINI, Silvete Coradi; COSTA, David Antonio da; CUSTÓDIO, José Francisco. Formação do professor: um olhar sobre a escola normal catarinense (1880-1935). **REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**. Cuiabá, v. 12, e24086, jan./dez., 2024. <https://doi.org/10.26571/reamec.v12.18238>

COMO CITAR - APA

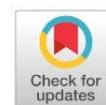
Guerini, S. C.; Costa, D. A.; Custódio, J. F. (2024). **Formação do professor: um olhar sobre a escola normal catarinense (1880-1935)**. *REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 12, e24086. <https://doi.org/10.26571/reamec.v12.18238>

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

POLÍTICA DE RETRATAÇÃO - CROSSMARK/CROSSREF

Os autores e os editores assumem a responsabilidade e o compromisso com os termos da Política de Retratação da Revista REAMEC. Esta política é registrada na Crossref com o DOI: <https://doi.org/10.26571/reamec.retratacao>



OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para



acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da [Crossref](#).



PUBLISHER



Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Publicação no [Portal de Periódicos UFMT](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



EDITOR

Dailson Evangelista Costa  

AVALIADORES

Relicler Pardim Gouveia  

Avaliador 2: não autorizou a divulgação do seu nome.

Avaliador 3: não autorizou a divulgação do seu nome.

HISTÓRICO

Submetido: 22 de agosto de 2024.

Aprovado: 25 de outubro de 2024.

Publicado: 27 de dezembro de 2024.